

A Mediação nas Políticas Ambientais e Públicas

Autor: Nelson C. Silveira Filho¹

Gestão participativa e desenvolvimento sustentável representam uma mudança de paradigma na execução de políticas públicas. A proposta de estabelecer parcerias entre instituições governamentais, sociedades civis organizadas, comunidades científicas e diferentes representações comunitárias, visando uma co-participação responsável, compõem uma nova orquestração e transversalidade no desenvolvimento de programas e projetos em diferentes áreas: saúde, educação, social, econômica, meio-ambiente, infra-estruturas, entre outras. Na política ambiental, por exemplo, estas iniciativas são recomendadas no roteiro metodológico para a elaboração de planos de manejo e pelo SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação quando da criação de Conselhos Gestores das Unidades de Conservação, de Parques Nacionais e de Reservas Ecológicas.

Colaborando na formatação e performance destas iniciativas está um terceiro elemento – um agente externo – com o objetivo de atender as diferentes partes, de favorecer o diálogo, o entendimento e o processo de construção social: o mediador.

A presença do mediador ou moderador pressupõe, de um lado, a existência de conflitos de interesses, de ideologias, de conhecimentos, de tecnologias, de crenças e de outros valores, o que é perfeitamente natural à condição humana; e de outro, a necessidade de alguém que auxilie as partes a dialogar construtivamente e ampliar suas habilidades para administrar e encontrar soluções.

Por ser uma área de atuação relativamente recente – onde o interesse pelo estudo e desenvolvimento de tecnologias se dá a partir da década de 70 – a atividade de mediação vem desenvolvendo novas perspectivas e

¹ Nelson C. Silveira Filho é Consultor Organizacional e Especialista em Desenvolvimento Humano. Atua como mediador/moderador e ministra Oficinas e palestras na área de Gestão de Pessoas, Liderança e Coordenação de Grupos, Comunicação Ecológica, Mediação e Resolução de Conflitos.

metodologias para responder às demandas dos diferentes contextos e conflitos. Estas novas abordagens representam o desejo de transformação e de rompimento com os padrões convencionais das atuações diretivas, das discussões e litígios, e principalmente, dos dissabores que resultam em sentimentos de “ganhos e perdas”.

Intervenções mediadas têm avivado também fecundos debates, estudos de estratégias e de sistemas de avaliações. Contudo, enquanto as instituições, as organizações e comunidades envolvidas têm seus interesses, objetivos e expectativas de resultados mais definidos, nem sempre o mesmo ocorre com a mediação que, por vezes, vê sua atuação associada aos interesses de uma das partes (normalmente a contratante). E quais seriam então, os objetivos e resultados almejados pela mediação?

Lidar com os aspectos relacionais da comunicação não é tarefa fácil. Mesmo em equipes com mais tempo de convívio emergem situações conflitantes cujos desdobramentos distanciam de resultados construtivos. A complexidade aumenta em reuniões onde interesses conflitantes co-existem com diferentes culturas, saberes e conhecimentos. É neste contexto que a mediação encontra maior utilidade e importância, ou seja, além dos aspectos relacionais da comunicação e da escolha por uma determinada estratégia e metodologia, a mediação se propõe a capacitar os participantes para transformar os conflitos em novas oportunidades de construção social da realidade. Isto implica em formas de intervenções que propiciem: a sensação de segurança, de autovalia, de autodeterminação e autonomia; a compreensão e o reconhecimento da singularidade de cada participante, a possibilidade de ganho conjunto, a construção de bases comuns e de ações coordenadas – coexistindo nas diferenças – e, ainda que, fomente diálogos e as capacidades das pessoas, das comunidades e dos setores envolvidos para estabelecerem soluções consensuais e comprometerem responsáveis.

Embora estas propostas encontrem total receptividade e concordância teórica, na prática, muitas vezes a regência deste discurso desafia. Um dos motivos é a errônea associação da “competência” do mediador/moderador a

uma ativa participação e esforço para “promover mudanças” ou “transformar o caráter das pessoas”. Há o desconhecimento de que “transformar pessoas”, ou seguir “uma pauta que vá além dos desejos dos participantes”, nega o conceito e a possibilidade de capacitação das partes para a construção de um diálogo e de formas de comunicação, que efetivamente contribuam para o reconhecimento do outro e da consciência do que está acontecendo.

Tentativas de mudanças ou transformação do outro é tão impositivo quanto construir acordos baseados em abordagens diretivas, em negociações distributivas, em decisões estabelecidas por “votações”, ou ainda, por “imposições legais, morais ou culturais”. Nestes casos, mesmo que o desejo seja outro, mesmo que os textos e discursos afirmem ou apontem para perspectivas de entendimentos participativos, os resultados obtidos produzem sentimentos desmotivantes e na continuidade, a construção de *agendas ocultas* – onde constam temas como sabotagem de procedimentos, acordos não cumpridos e disputa de poder – que distanciam as partes do desejado processo de construção social e de co-participação responsável.

O mediador não está neste lugar para “*insistir* na transformação ou nos acordos, mas para *assistir* na identificação de oportunidades para a capacitação e reconhecimento e para ajudar as partes a reagirem a essas oportunidades *da maneira que desejarem*²”. O mediador pode auxiliar com reinterpretções, traduções ou reformulações das declarações das partes, de forma a torna-las mais inteligíveis para as outras, mas em nenhum momento, retira o poder de tomada de decisão dos envolvidos³.

A forma como o mediador se apresenta reflete e interfere no comportamento das partes. O sociólogo Pierre Bourdieu considera a presença deste terceiro que intervém, como representante de uma força de dominação e como tal, deve reconhecer que em suas intervenções, mobiliza diferentes

² Baruch Bush, R.A.; Folger, J.P. (1999) – Mediação Transformativa e Intervenção de Terceiros: as marcas registradas de um profissional transformador. **Novos Paradigmas em Mediação**. Cap. V – Artmed Editora – Porto Alegre, 1999.

³ Shailor, J.G – Desenvolvendo uma Abordagem Transformacional à Prática da Mediação: Considerações Teóricas e Práticas. **Novos Paradigmas em Mediação**. Cap. IV – Artmed Editora – Porto Alegre, 1999.

campos que ocupam posições desiguais, isto é, sugere práticas num espaço social desigual e conflituoso. Como solução, propõe objetivar essas relações de dominação, desvelando seus mecanismos, fornecendo ao mesmo tempo as ferramentas intelectuais e práticas que permitam aos dominados contestar a legitimidade dessas relações⁴. Dar corpo a esta proposta é possibilitar que cada ator envolvido reconheça a si mesmo e o outro como produtores de conhecimento e de ações, apropriando-se de seus respectivos poderes como uma dimensão responsável e transformadora.

Assim como o diálogo nos processos relacionais, a mediação é um instrumental gerador de novas possibilidades – latentes e emergentes – de seu próprio desenvolvimento e evolução. Compreende-la como uma atividade que dispõe de diretrizes, finalidades e objetivos próprios é assegurar uma estrutura fundamental a quem atende a diferentes contextos, diferentes culturas, diferentes necessidades e, muitas vezes, diferentes orientações teóricas. Ampliar as trocas entre os profissionais atuantes, descrever as diferentes práticas, identificando e criando instrumentais que revelem até que ponto estas diferentes abordagens possibilitam repensar a própria cultura e de transformação dos discursos institucionais e culturais é necessário e oportuno.

No caso específico das políticas ambientais e públicas, priorizar a capacitação, o reconhecimento e a consciência dos atores envolvidos sobre os processos que experienciam, é uma excelente oportunidade para se construir uma nova plataforma de ação, com linguagem centrada nas (re)ligações dos saberes, no sentido de comunidade, na ecologia social e na qualidade de vida.

⁴ Bonnewitz, Patrice. Primeiras Lições sobre a Sociologia de P.Bourdieu. Ed.Vozes 2003.